



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

REQUERIMENTO Número /x (.ª)

PERGUNTA Número 1206x (4 .ª)

Expeça-se

Publique-se

11 102 12009

O Secretário da Mesa

Assunto: Plataforma logística da Trofa/Maia

Destinatário: Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações

Ex.º Sr. Presidente da Assembleia da República

O Gabinete para o Desenvolvimento do Sistema Logístico Nacional (GabLogis) anunciou ontem que a construção da Plataforma Logística da Maia/Trofa pode estar comprometida por incumprimento contratual da empresa a quem terá sido cometida a responsabilidade de construir este empreendimento.

Recorde-se que esta Plataforma Logística, que integra a Rede Nacional de Plataformas Logísticas apresentada pelo Governo há quase três anos, (com o habitual cerimonial de pompa e circunstância), foi concebida para se articular com idêntica estrutura a instalar junto ao Porto de Leixões, em Matosinhos, para servir não apenas a Área Metropolitana do Porto como todo o litoral norte de Portugal e o norte peninsular, dando assim seguimento a antigas necessidades de criar estruturas capazes de permitir um novo impulso de desenvolvimento económico e social que esta região, crescentemente deprimida, tanto necessita.

Esta Plataforma Logística da Trofa /Maia, envolvendo um investimento previsto superior a 230 milhões de euros foi, como é sabido, alvo de forte contestação quanto à sua localização, designadamente através de várias intervenções parlamentares do Grupo Parlamentar do PCP, cujos deputados visitaram diversas vezes o local, tendo mantido sempre um diálogo muito próximo com as Associações Representativas dos Agricultores de Santo Tirso e da Trofa, com as Cooperativas Agrícolas da Maia, com dirigentes da ADAPTA, Associação Trofense para as questões ambientais.

Repentina e inesperadamente o Gabinete para O Desenvolvimento do Sistema Logístico Nacional (GabLogis) informou que a SOMAGUE tinha considerado que não estaria interessado na projecto, que o queria adiar, que haveria intenção de o refazer e sobretudo que haveria intenção de lhe alterar a localização, nunca apontando para qualquer localização alternativa.

Isto é, sem mais nem menos, a SOMAGUE decide, de forma aparentemente unilateral, abandonar um projecto que tinha contratualizado com o Estado, (que aliás se supõe terá contratualizado em detrimento de outros concorrentes ao investimento), pretendendo adia-lo a seu belo prazer, unicamente com argumentos que colocam em equação eventuais interesses particulares e não os interesses da economia regional e nacional que bem poderiam beneficiar desta infra-estrutura, ainda mais urgente e necessária quanto é grave a situação económica que se atravessa.



Importa, neste contexto, que o Governo venha urgentemente prestar uma infirmação alargada e completa sobre a situação de paralisação da Plataforma Logística da Trofa/Maia, clarificando totalmente a situação, informando de forma rigorosa as populações dos Concelhos da Maia e da Trofa atingidos por esta presumível paralisação do investimento e, simultaneamente, pela possibilidade dele se poder vira a instalar em data indefinida numa outra localização. Por isso, e tendo em conta as disposições regimentais e constitucionais aplicáveis, solicita-se ao Governo que, por intermédio do **Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações**, responda às seguintes questões:

1. Confirma-se que a SOMAGUE não quer avançar com a construção da Plataforma Logística da Trofa/Maia?
2. Relativamente ao contrato estabelecido com esta empresa para a construção desta Plataforma Logística, solicita-se que sejam prestadas as seguintes informações:
 - processo de selecção da empresa, concurso público ou ajuste directo;
 - valor exacto do investimento;
 - prazo de construção;
3. Face à recusa em concretizar o empreendimento, vai ou não o Governo solicitar uma indemnização por incumprimento do contrato?
4. E quanto ao prosseguimento da obra, o que pensa o Governo fazer? Lançar um novo processo de contratualização para a construção da Plataforma Logística da Maia/Trofa? Em caso afirmativo, quando é que pensa concretizá-lo?
5. E que veracidade é que existe na hipótese adiantada de alterar a localização da Plataforma Logística da Trofa/Maia? Está o Governo de acordo com esta hipótese? Não considera o Governo que constitui uma ofensa política para as populações destes dois concelhos vir agora falar em deslocalizar este investimento depois de toda a polémica e sacrifícios que algumas centenas de pessoas já sofreram nas suas economias familiares?
6. E quanto a todas as restantes plataformas logísticas incluídas na rede nacional? Qual é o ponto de situação relativamente à respectiva concretização? Tem ou não havido outras tentativas de incumprimento

Palácio de São Bento, 11 de Fevereiro de 2009

Os Deputados:


(Honório Novo)


(Agostinho Lopes)